

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 08/Jun

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2795/2022



ALAGOAS



SINDICATO SE REÚNE COM A VEREADORA OLÍVIA TENÓRIO E BUSCA MELHORIAS PARA VIGILANTES DE ALAGOAS

O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, nas pessoas do presidente José Cícero Ferreira e dos diretores Amauri e Diogo, se reuniu nesta terça-feira (7) com a vereadora por Maceió Olívia Tenório para discutir propostas importantes para benefício da categoria.

Na oportunidade, foram apresentados projetos que irão impactar diretamente o trabalho dos vigilantes, como o acesso livre à faixa azul para os profissionais do Transporte de Valores, e também o projeto de lei nº 06090013/2021, de autoria da vereadora Olívia Tenório, que busca a contratação de profissionais vigilantes para as escolas do município de Maceió.

“Foi uma reunião muito produtiva, onde pudemos dialogar sobre o futuro da categoria dos vigilantes em nosso estado. Seguimos firmes em nosso compromisso pelo fortalecimento da categoria, por melhores condições de trabalho e mais oportunidades de emprego para os vigilantes de Alagoas”, declarou o presidente do Sindicato, José Cícero Ferreira.

A Diretoria do Sindicato agradece à vereadora Olívia Tenório e a seus assessores pela atenção priorizada à classe dos vigilantes em Alagoas.

VIGILANTES DA CAPITAL RECEBEM CARTILHA DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO



Os diretores Pituba e Maurício deram continuidade à distribuição das Cartilhas da Convenção Coletiva de Trabalho com visitas aos postos de serviço da capital. O objetivo é facilitar o acesso dos trabalhadores ao documento para que os trabalhadores tenham conhecimento dos seus direitos e das conquistas adquiridas pela categoria. A ação continua na próxima semana com visitas ao interior do estado.

PAGAMENTO DE PROCESSO PONTESEG/EBAL: COMEÇANDO A SEMANA COM CHEQUE PRONTO E CONQUISTA NA MÃO PARA 10 COLEGAS EX-PONTESEG/EBAL



A semana se inicia com 10 colegas contemplados com a conquista dos seus direitos na luta travada com seu Sindicato contra quebrões da Ponteseg e o contratante conivente Ebal. Os créditos chegaram e os cheques incluídos num processo da 37ª Vara do Trabalho ficaram prontos. A partir desta terça-feira, 07 de junho, estes colegas já podem procurar o Sindicato para terem acessos a sua conquista.

O processo é de 2011 e mais de 260 mil serão distribuídos para os dez.

No processo tem colegas de Salvador, Simões Filho e Igrapiúna.

Se ligue. Fale com o Sindicato.

COMO FAZER PARA RECEBER SEU CHEQUE – Compareça ao Sindicato de segunda a sexta-feira, sempre das 08 às 12h, apresentando cartão de vacina anti-covid e levando original e cópias dos seguintes documentos: RG, CPF, PIS, COMPROVANTE DE RESIDENCIA E CTPS – página da foto, verso e pagina do contrato Ponteseg.

Se for do interior, fale conosco para que possamos providenciar o depósito em sua conta.

É conquista para quem tem fé na luta!

É sindicato que combate patrão quebrão e o direito do peão.

Confira o processo e seu nome a seguir:

PROCESSO 737.2011.37ª -SINDVIGILANTES/BA X PONTESEG/EBAL

- ANTONIO CONCEIÇÃO DE JESUS
- ANTONIO COSTA TAVARES
- ANTONIO DOS REIS DO ESPÍRITO SANTO
- CARLOS ALBERTO GONÇALVES SANDES
- CARLOS HENRIQUE SACRAMENTO DOS SANTOS
- CLAUDIO DA LUZ FERREIRA
- CLAUDIONOR DOS SANTOS PEREIRA
- EDVANDO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA
- ELEONILDO SILVA DE JESUS
- IGOR MARTINS BOAVENTURA

FONTE: SINDVIGILANTES/B

Investigado por cobrar até R\$ 2 mil por falsas vagas de emprego como vigilante é preso em Santana

Homem foi indiciado pela Polícia Civil em 16 inquéritos pelo crime de estelionato. Prisão aconteceu nesta segunda-feira (6).



Suspeito investigado em 16 inquéritos por estelionato preso em Santana — Foto: Polícia Civil/Divulgação

Um homem de 23 anos, que é investigado em 16 inquéritos pelo crime de estelionato, foi preso pela Polícia Civil nesta segunda-feira (6) no município de Santana, a 17 quilômetros de Macapá. O suspeito teria feito um golpe em que cobrava até R\$ 2 mil e prometia garantir vagas de emprego aos pagadores.

Mais de 20 vítimas foram identificadas pela corporação. O mandado de prisão preventiva foi cumprido pela equipe da 2ª Delegacia de Polícia de Santana (2ª DPS) no Conjunto Acquaville, na entrada da cidade.

Segundo o delegado Danilo Brito, adjunto da 2ª DPS, o modus operandi do suspeito consistia em oferecer falsos empregos em uma empresa de vigilância e cobrar valores entre R\$ 500 e R\$ 2 mil para que a vaga fosse assegurada aos interessados pelo suposto cargo.

“O investigado oferecia emprego de vigilante para profissionais da segurança privada. Em troca, pedia dinheiro afirmando que seria um ‘caução’ de garantia do emprego de vigilante na empresa, sendo que, esses ‘cauções’ variavam de R\$ 500 a R\$ 2 mil”, detalhou.

Depois que a transferência dos valores cobrados era concretizada, o investigado não respondia mais os contatos e as vítimas ficavam sem o emprego prometido.

“Mais de 20 vítimas transferiram diversos valores e tiveram prejuízo financeiro, perdendo o dinheiro e ficando sem o emprego prometido”, completou o delegado.

Após a prisão, o suspeito foi encaminhado para o Instituto de Administração Penitenciária (Iapen), na Zona Oeste de Macapá.

FONTE: G1 AP

Itaú desrespeita acordos e legislação da Colômbia para demitir

Funcionários com estabilidade por questões de saúde ou por serem dirigentes sindicais estão entre as centenas de desligados



A Unión Nacional de Empleados Bancarios (Uneb), da Colômbia, denuncia que o Itaú vem adotando grave política de demissão, sem respeitar acordos com a categoria nem a legislação do país. Em 2021 foram 190 desligamentos e outros 130 neste ano. Nos últimos dias, o banco também anunciou que já informou o Ministério do Trabalho local que desligará outros 288 trabalhadores, entre os quais, segundo a Uneb, vários que possuem estabilidade por questão de saúde ou por estarem em funções sindicais, que têm garantia de emprego por força constitucional.

A entidade dos bancários colombianos afirma que o Itaú está desrespeitando “os direitos fundamentais dos trabalhadores”, bem como os sindicatos, aos quais deve informar sobre o alcance das medidas que afetam seus funcionários. A Uneb também diz que o banco não se mostrou interessado em “promover realocação de locais de trabalho nem requalificação da mão de obra (...), ao mesmo tempo em que também informa a contratação de 150 novos funcionários, com novas funções”.

Menosprezo

Para a entidade representativa dos bancários, o comportamento omissivo do Itaú em relação aos direitos dos trabalhadores “demonstra não apenas o menosprezo pela dignidade humana dos trabalhadores, como também ao direito ao trabalho e aos casos de estabilidade”, em especial neste momento crítico decorrente da pandemia da covid-19.

Várias organizações sindicais do país anunciaram que, junto com a Uneb, estão se organizando, tanto para dar apoio aos funcionários demitidos como também para agir junto ao Ministério do Trabalho, a fim de cobrar ações contra a atitude do Itaú, que chamam de “atentado contra os direitos dos trabalhadores, de associação e de convenção coletiva”.

Assédio moral

A Uneb, em nota conjunta do presidente Juan Francisco Sanchez e da secretária geral María Consuelo Bautista, denunciou ainda que o Itaú tem cometido assédio moral contra os funcionários demitidos ao forçá-los a assinar a rescisão com a informação falsa de que o desligamento ocorreu de modo pacífico e consensual.

Para a secretária de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Rita Berlofa, que também é presidenta da UNI Finanças Global, “é inaceitável a postura do banco Itaú na Colômbia. Realizar demissão em massa, mesmo tendo obtido um grande lucro, é, no mínimo, falta de responsabilidade social”.

FONTE: CONTRAF

CEO do Bradesco, que lucra bilhões, elogia Exército às vésperas das eleições



Presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo cobra posicionamento do Bradesco em defesa da democracia, após seu CEO postar vídeo afirmando estar “de prontidão”, exaltando as Forças Armadas

O diretor-presidente do banco Bradesco, Octavio de Lazari Junior, em vídeo que circula nas redes sociais desde sábado (4), elogia o Exército brasileiro e o período em que passou por uma formação militar.

O vídeo mobilizou as redes sociais. Na gravação, o CEO de um dos principais bancos do país, relata que, 40 anos atrás, se apresentava como “Soldado 939 Lazari”. Ele conta que durante um ano, em 1982, a apresentação fazia parte da sua rotina. O executivo encerra o vídeo dizendo que segue de prontidão. “Passam os anos e algumas coisas não mudam e o soldado 939 Lazari continua de prontidão”.

Em 2018, após a eleição do presidente Jair Bolsonaro, Lazari disse ao jornal O Globo que se sentia “revigorado”. “A partir deste cenário, nos sentimos revigorados para dar início a um novo ciclo de reformas estruturais no sentido de modernização do Brasil”, afirmou ele, na época, em comunicado ao jornal. No Fórum Econômico Mundial de Davos, em maio passado, Lazari minimizou as ameaças antidemocráticas de Bolsonaro e disse que “o

sentimento deles (referindo-se à comunidade econômica internacional) é de que o Brasil tem uma democracia consolidada”.

As recentes declarações de Lazari foram postadas em um vídeo em que aparece o logo do Bradesco, ou seja, de forma institucional. Precisa, portanto, ser esclarecida pelo banco.

Estamos em um período de frequentes ataques do presidente da República contra a democracia e ao processo eleitoral e de insinuações golpistas em relação ao sistema eleitoral brasileiro.

Os bancos são uma concessão pública e é importante que as instituições financeiras, responsáveis por cuidar do dinheiro da população, sejam um instrumento para o desenvolvimento, com respeito ao Estado Democrático de Direito.

Desde sua eleição, em 2018, Bolsonaro tem atacado sistematicamente o Judiciário, a imprensa, universidades, organizações sem fins lucrativos e movimentos sociais, o que representa ameaça significativa à democracia no Brasil. Não bastasse, esse governo também incluiu milhares de militares em cargos públicos.

Assim, o porta-voz de uma instituição de quase 87 mil trabalhadores – caso de Lazari e do Bradesco – tem de ter responsabilidade com toda a sociedade. Não somente com os acionistas aos quais distribui os lucros bilionários da empresa, mas também com os seus trabalhadores e clientes.

O Sindicato dos Bancários tem a defesa da democracia como bandeira de luta permanente e espera que a direção do Bradesco esteja alinhada com essa posição.

FONTE: RBA - Por Ivone Silva

CUT e centrais barram ataques a direitos em revisão de normas regulamentadoras

Dirigentes da Central atuaram para barrar terceirização de profissionais em serviços essenciais que garantem cumprimento de regras de segurança e saúde no trabalho

AGÊNCIA BRASIL



Desde que o governo de Jair Bolsonaro (PL) anunciou a revisão das normas regulamentadoras, as chamadas 'NR's', que definem parâmetros de segurança e saúde no trabalho, representantes da CUT e demais centrais têm atuado para garantir que os direitos dos trabalhadores não sejam ainda mais atacados.

Do outro lado, empresários e governo se uniram para mudar as normas alegando que as NRs em vigor, além de "bizantinas, anacrônicas e hostis", como disse o próprio Bolsonaro, geram custos para as empresas.

As regras, no entanto, têm por objetivo impor

limites à exploração predatória da mão de obra e garantir a segurança dos trabalhadores em atividades que possam oferecer riscos. "Estamos falando da vida de trabalhadores", ressalta Madalena Margarida Silva, secretária de Saúde do Trabalhador da CUT, que faz uma crítica contundente à proposta do governo de alterar as normas.

"Desde que Bolsonaro assumiu, ele mesmo declarou que ia reformular 90% das normas. A intenção dele é aniquilar toda e qualquer forma de controle social. O papel do governo seria de mediar o conflito entre capital X trabalho, mas ao interferir na regulamentação ele age

em favor de seus aliados, os empresários. Esse governo tem lado e a gente sabe qual é”, diz a dirigente.

De acordo com ela, o movimento sindical tem feito seu trabalho. “Estamos vivendo em um mundo onde a legislação foi desregulamentada, aumentou o trabalho informal, tudo foi flexibilizado e precarizado ao extremo. Nosso trabalho se dá pela CTPP [veja abaixo] que serve para que haja um mínimo de impacto nos trabalhadores em questões de segurança e saúde no trabalho”, diz Madalena

CTPP

Uma das frentes de atuação da CUT e representantes dos trabalhadores é a Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) que reúne além dos trabalhadores as empresas e o próprio governo. Na última reunião do colegiado, realizada entre 17 e 19 de maio, temas importantes foram debatidos entre as partes e a pressão feita pela CUT e centrais, foi decisiva para garantir que direitos não fossem, mais uma vez, atacados.

Na NR 4, fundamental para a segurança dos trabalhadores, por exemplo, a atuação da bancada dos trabalhadores conseguiu que fosse retirada da pauta a questão da terceirização do Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, os SESMT’s, que de acordo com Madalena é a principal frente de ataque do governo aos trabalhadores.

“A gente sabe que o governo que revisar as NR’s, justamente por conta dos SESMT, para permitir que tudo seja terceirizado e não haja um mínimo de controle”, ela diz.

A terceirização, na verdade, já é prevista na Lei 13.429/2017, lei que liberou a terceirização de serviços de forma ampla e irrestrita. No entanto, a NR 4 tem regras para a contratação dos profissionais do setor e a retirada do item da discussão faz com que essa forma de contratação não se submeta a uma regulamentação favorável aos anseios do governo.

“Convencemos a bancada empresarial e o governo teve de aceitar”, diz Loricardo

Oliveira, presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM-CUT) e um dos representantes dos trabalhadores na CTPP. Ele explica que, mesmo que a haja uma lei que permita a terceirização, contratar desta forma acaba se tornando difícil para as empresas.

“Significa que a terceirização, por lei, é liberada, mas há regras que ainda não constam na legislação e o governo queria liberar dessa regulamentação, ou seja, sem as regras, as empresas podem até contratar profissionais PJ’s, mas terão dificuldades”, diz Loricardo.

Uma dessas regras é a que a determinação da obrigatoriedade da contratação de profissionais da área de segurança e saúde do trabalho, sempre de acordo com o número de empregados e com o tipo de risco da atividade da empresa. “Abriria a possibilidade da contratação de empresas sem nenhum respaldo e competência para realizar o trabalho, precarizando o serviço, que poderia ser feito por leigos, profissionais não capacitados, colocando vidas em risco”, afirma.

Assim como para outros temas debatidos durante a reunião, a questão será tratada por um Grupo de Trabalho (GT), formado com representantes das três partes até que haja um consenso sobre a terceirização.

Outro avanço significativo dos trabalhadores na reunião se deu no debate sobre a NR 6, que trata dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI’s). O item que prevê obrigatoriedade de adaptação dos óculos de segurança vai garantir que empresas forneçam o equipamento com o grau adequado aos trabalhadores que necessitarem.

Até agora, a obrigatoriedade se dava somente ao fornecimento do óculos padrão desconsiderando as necessidades de correção visual de cada trabalhador.

“Quando necessária, a utilização de correção visual pelo empregado no desempenho de suas funções, a seleção do EPI deve considerar o uso conjunto de lentes corretivas ou a adaptação, sem ônus para o empregado”, diz o item 6.5.4 do conjunto de normas regulamentadoras.

Sem consenso

Apesar de a retirada da regulamentação da terceirização dos SESMTS ser considerada uma vitória dos trabalhadores, a terceirização em si não foi ponto de consenso. “Patrões e governo se mostraram intransigentes sobre o que ainda está na regra, de que os profissionais podem ser terceirizados, de acordo com a lei”, diz Loricardo.

“A terceirização desse profissional vai ter de seguir a lei e eles vão ter problemas, porque vão esbarrar nas regras ainda em vigência, justamente o que conseguimos manter”, ele diz.

Conseguimos avançar em muitos pontos. Não teve consenso em tudo. Onde não houve deixamos claro que precisamos continuar conversando. Tirar a regulamentação da terceirização da norma foi uma grande conquista- Loricardo Oliveira

Agora, os textos seguem para verificação da redação final e procedimentos administrativos e preparação para publicação da norma, ainda sem prazo.

Outros pontos

Item também pautado na reunião foi o grau de riscos que definiu o Quadro I (de classificação dos graus de risco das atividades econômicas). A decisão foi de revisão em um prazo de dois anos e, posteriormente, será revisto a cada cinco anos.

A Comissão aprovou a prorrogação da suspensão, por mais seis meses, do início de vigência do item que determina que a aplicação de agrotóxicos com a utilização de atomizador mecanizado tracionado somente pode ser realizada por meio de máquina com cabine fechada, excetuando-se o caso das culturas em parreiras. (item 31.7.4 da NR 31).

A NR 13 (Caldeiras, Vasos de Pressão, Tubulações e Tanques Metálicos de Armazenamento), também foi tratada, além das propostas de atualização das NRs 8 (Segurança em Edificações) e NR 14 (Trabalho com Fornos), em que não houve consenso mas outros debates sobre os temas serão feitos. Para isso, será criado um Grupo de Trabalho (GT) que tratará especificamente dos temas.

O que são NR's

De acordo com o portal da Secretaria de Inspeção do Trabalho, órgão ligado ao governo federal, “Normas Regulamentadoras são disposições complementares ao capítulo V da CLT, consistindo em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho”.

Papel da CUT

“A CUT sabe do desafio que é atuar neste contexto e não tem medido esforços para envolver a classe trabalhadora a partir de suas representações e representantes no grupo de trabalho temático de cada NR”, diz Madalena Margarida Silva sobre o papel da CUT em defesa dos trabalhadores.

A atuação, ele explica, se dá pela pelo ato de construir e apresentar sempre uma posição alinhada referente ao que é prioridade para os trabalhadores, “não aceitando nada que não esteja alinhado com o interesses da classe trabalhadora”.

Existe um trabalho de resistência sendo feito pelas centrais sindicais, capitaneado pela CUT, no esforço de garantir direitos. Não podemos dizer que foi só vitória o fato de estarmos nesse espaço de diálogo, mas conseguimos alguns avanços, que são, justamente, resultado do árduo trabalho de pressão feito pelas centrais sindicais, complementa a advogada Luciana Barreto, do escritório LBS Advogados, que assessora a CUT na CTPP.

“A norma estava para ser publicada e o papel da CUT e centrais garantiu que não houvesse na norma a terceirização”, diz a advogada.

Fonte: CUT - Andre Accarini | Editado por:
Marize Muniz

Fome se alastra no Brasil: 6 em cada 10 famílias não têm acesso pleno a alimentos

Em um ano, salta de 19 milhões para 33,1 milhões o número de pessoas que não têm o que comer

Chokito/Divulgação



O acesso a alimentos não foi considerado um problema em apenas 35% dos lares chefiados por pessoas pretas ou pardas

CUT Em 2022, mais da metade da população brasileira – 58,7% – vive com algum tipo de insegurança alimentar. O número de pessoas passando fome passou de 19 milhões para 33,1 milhões em pouco mais de um ano no Brasil. Os dados divulgados nesta quarta-feira (8) são do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, feito pela Rede Brasileira de

Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan). A pesquisa mostra que o Brasil regrediu para um patamar de insegurança alimentar equivalente ao da década de 1990.

Isso significa que 15,5% da população no país está sem ter o que comer. O acesso pleno à alimentação se tornou exceção: essa é a realidade para apenas quatro de cada 10 famílias.

A pesquisa foi realizada em campo, pelo Instituto Vox Populi, com entrevistas em 12.745 domicílios de 577 municípios de todos os estados brasileiros.

Em números absolutos, 125,2 milhões de pessoas no Brasil estão passando por algum nível de insegurança alimentar. Essa classificação inclui pessoas que estão passando fome e aquelas que estão preocupadas por não saber se terão o que comer no dia seguinte. O número de pessoas nessa situação aumentou 7,2% desde 2020, e 60% desde 2018.

“Os caminhos escolhidos para a política econômica e a gestão inconsequente da pandemia só poderiam levar ao aumento ainda mais escandaloso da desigualdade social e da fome no nosso país”, destaca Ana Maria Segall, médica epidemiologista e pesquisadora da Rede Penssan.

Desigualdades históricas se acentuam

A fome no Brasil tem cor, gênero, idade, geografia e classe. O Norte e o Nordeste do Brasil são as regiões mais atingidas pela falta de comida no prato, com 25,7% e 21% das famílias, respectivamente, passando fome.

A desigualdade regional foi constatada também no contraste entre o campo e a cidade. Nas áreas rurais do Brasil, a insegurança alimentar é vivida em 60% das casas. Destas, 18,6% estão em situação grave. Nem mesmo quem produz alimentos escapou. A fome atingiu 21,8% dos domicílios de agricultores familiares e pequenos produtores.

Em 53,2% das casas onde a pessoa de referência se autodeclara branca, o acesso a comida não foi considerado um problema. O mesmo aconteceu em 67% dos domicílios com renda maior que um salário mínimo por pessoa. Já entre os lares em que a pessoa responsável se autodeclara preta ou parda, o índice cai para 35%. Comparando com a edição

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

anterior do Inquérito da Rede Penssan, entre lares comandados por pessoas negras, a fome aumentou de 10,4% para 18,1%.

A falta de comida atingia, em 2020, 7% das casas em que mulheres são as responsáveis. Em 2022, passou para 11,9%. Também nesse período, a dificuldade em conseguir alimentos em famílias com crianças dobrou: a fome afetava 9,4% delas e, atualmente, é a realidade de 18,1%.

‘Pode guardar as panelas que hoje o dinheiro não deu’

“Você sabe que a maré não está moleza não / E quem não fica dormindo de touca já sabe da situação / Eu sei que dói no coração falar do jeito que falei / Dizer que o pior aconteceu: pode guardar as panelas que hoje o dinheiro não deu”. O samba de Paulinho da Viola foi lançado em 1979, mas, se fosse uma música de 2022, não haveria surpresa.

Para Renato Maluf, coordenador da Rede Penssan, “as medidas tomadas pelo governo para contenção da fome hoje são isoladas e insuficientes, diante de um cenário de alta da inflação, sobretudo dos alimentos, do desemprego e da queda de renda da população”.

A pesquisa, que teve apoio da Ação da Cidadania, a ActionAid Brasil, a Fundação Friedrich Ebert Brasil, o Ibirapitanga, a Oxfam Brasil e o Sesc, coletou depoimentos entre novembro de 2021 e abril de 2022.

Neste 2º Inquérito, 8,2% das famílias relataram sentir vergonha, tristeza ou constrangimento pelos meios que estão tendo de usar para conseguir colocar comida na mesa. Segundo elas, a situação fere sua dignidade.

FONTE: BRASIL DE FATO - Por Gabriela Moncau

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF